

A relação adverbial nas línguas amazônicas brasileiras¹

(Adverbial relation in the Amazonian Brazilian languages)

Erotilde Goreti Pezatti^{1,2}

¹Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – Universidade Estadual Paulista (UNESP)

²Projeto PQ CNPq (Proc. No. 309214/2006-8)

pezatti@ibilce.unesp.br

Abstract: Traditional definitions assume that adverbial clauses are syntactically part of the main clause, that is are embedded in it. However, the notion of embedding is inappropriate in a cross-linguistic perspective. Examining 45 European languages by means a typological approach (RIJKHOFF *et al*, 1993), Hengeveld (1998b) shows that there is a systematic correlation between the semantic types of adverbial clauses and the way they are expressed in those languages. This paper aims at studying the adverbial relations in the Amazonian Brazilian languages, in order postulate implicational hierarchies to adverbial relations and functional motivations between the morphosyntactic structures and the conceptual situations expressed by them.

Keywords: adverbial relation; amazonian languages.

Resumo: As definições tradicionais de construções adverbiais descrevem a oração adverbial como a que atua como um advérbio do predicado principal, sendo então, sintaticamente, parte da oração principal, isto é, são encaixadas nela. De uma perspectiva translingüística, no entanto, a noção de encaixamento torna-se inapropriada. Hengeveld (1998b), investigando 45 línguas européias com o método de Rijkhoff et al (1993), verifica que há correlação sistemática entre os tipos semânticos de orações adverbiais e a maneira como elas se expressam nessas línguas. A proposta deste estudo consiste em investigar as relações adverbiais nas línguas amazônicas brasileiras, com o objetivo de verificar a existência de hierarquias implicacionais e as motivações funcionais subjacentes à relação entre as estruturas morfossintáticas usadas para codificar as relações adverbiais e as situações conceituais que elas expressam.

Palavras-chave: relação adverbial; línguas indígenas.

Apresentação

A proposta deste estudo consiste em investigar as relações adverbiais nas línguas amazônicas brasileiras, baseando-se numa amostra de 18 línguas, selecionadas de acordo com o método proposto em Rijkhoff et alii (1993), e tendo como hipóteses: (1) a semântica do predicado matriz pode ser relevante para a determinação formal das construções adverbiais; (2) a relação entre o maior ou menor grau de sentencialidade está vinculada ao nível e à camada de organização estrutural, conforme definidas pela

¹ Texto apresentado no 56 Seminário do GEL, como componente da mesa-redonda **Contribuição do estudo das nossas línguas indígenas para a compreensão da amplitude da variação semântica nas línguas naturais**, de que participaram ainda Ana Muller (USP-SP) e Bruna Franchetto (Museu Nacional-UFRJ).

Gramática Discursivo-Funcional, e (3) o menor grau de sentencialidade das construções adverbiais, em correlação ao grau de categorização gramatical do predicado dependente, está diretamente vinculado a motivações semânticas, como referência de tempo, modo e aspecto, e referência aos participantes do estado de coisas dependente. O objetivo é verificar o grau de sentencialidade das orações adverbiais, considerando que a presença de categorias semânticas do verbo (tempo, aspecto e modo - TAM) mostra a relação de equivalência entre a principal e a dependente, enquanto a ausência mostra rebaixamento categorial do verbo dependente e, portanto, maior integração semântica e sintática.

Os resultados aqui apresentados referem-se a seis línguas da amostra, cada uma pertencente a uma família diferente: apalai (da família **caribe**), canela-craô (da família **jê-caingangue**), paumari (da família **arauá**), pirarrã (da família **mura**), uarequena (da família **arauaque**) e urubu-caapor (da família **tupi-guarani**). Serão tratadas três relações adverbiais: tempo, propósito e causa/razão.²

Primeiramente serão expostas as premissas teórico-metodológicas (seção 1.), seguidas pela definição tipológico-funcional de subordinação (seção 2.). Em 3.) são descritos os procedimentos metodológicos que permitem a descrição das relações adverbiais nas línguas amazônicas contida em 4.). Por fim serão apresentadas algumas considerações finais.

1. Premissas metodológicas

O enfoque aqui defendido assume que a noção de subordinação deve ser definida, com base na aplicabilidade universal, como o resultado direto da ênfase na comparação translingüística dentro da abordagem funcional-tipológica. O principal postulado subjacente a essa abordagem é o de que a variação estrutural apresentada pelas línguas do mundo é sistematicamente ordenada e pode ser descrita em termos de um conjunto de condições ou princípios restritivos com validade universal.

A natureza universal desses princípios deve ser vista de dois modos. Por um lado, todas as línguas se comportam do mesmo modo em relação à distribuição de traços particulares, e o traço relevante está universalmente presente ou ausente nas línguas do mundo, não deixando margem para variação. Por outro lado, há condições relativas à correlação entre diferentes traços, segundo as quais todas as línguas que dispõem de um traço X também dispõem de um traço Y.

Um tipologista funcionalmente orientado assume que há motivações sistemáticas, sujeitas a princípios regulares subjacentes à conexão entre funções discursivas e estruturas morfossintáticas relevantes. As motivações são relacionadas ao modo como as estruturas se projetam nos conceitos correspondentes (iconicidade), à frequência e ao grau de acessibilidade dessas estruturas na mente do falante (economia) e à dificuldade de processamento de combinações individuais de estruturas e conceitos, etc.

² Agradeço a Carolina Cau Sposito e Mirian da Silva, bolsistas PIBIC/CNPq, e Ana Paula de Oliveira, bolsista IC-FAPESP pelo levantamento de dados.

2. Uma definição tipológico-funcional de subordinação

De acordo com um critério funcional-cognitivo, desenvolvido por Cristofaro (2003), a partir de Langacker (1991), a subordinação adverbial constitui um modo de construir uma relação cognitiva entre dois estados de coisas, de um modo tal que a um deles, o estado de coisas dependente, falta um perfil autônomo, sendo, por isso, construído a partir da perspectiva do outro estado de coisas, que será chamado de estado de coisas principal.

O traço distintivo do enfoque conceitual de Cristofaro (2003) é a tentativa de relacionar a subordinação não a propriedades específicas dos tipos individuais de ligação oracional, mas ao modo, como os estados de coisas expressos por orações ligadas são percebidos e conceitualizados, e ao estatuto que têm no contexto discursivo, uma vez que esse enfoque funcional estabelece uma nítida distinção entre o nível conceitual (semântico, pragmático e cognitivo) e o nível morfossintático.

Cristofaro parte do postulado da assimetria, desenvolvido por Langacker para definir subordinação. Assim, na subordinação estabelece-se uma assimetria cognitiva entre dois estados de coisas ligados, de modo que o perfil de um dos dois (o estado de coisas principal) sobrepuja o do outro (o estado de coisas dependente). Isso equivale a dizer que o estado de coisas dependente é pragmaticamente não-afirmado, enquanto o principal é pragmaticamente afirmado. Essa situação existe em todas as línguas, que dispõem de critérios consistentes para identificar o estado de coisas dependente a partir de uma perspectiva translingüística (Cristofaro 2003: 33).

3. Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa está baseada numa amostra de 18 línguas, selecionadas de acordo com o método proposto em Rijkhoff et alii (1993). Com base numa classificação etnológica, o número de línguas amazônicas brasileiras é de 234. Desse número, 192 são de fato existentes e 42, extintas. Das línguas existentes, há gramáticas disponíveis para as línguas abaixo listadas da família respectiva, que, portanto, constituem o *corpus* possível deste estudo.

ARAUÁ (8)	Paumari (Chapman & Derbyshire 1991)
ARAWAK (22)	Uarequena (Aikhenvald 1998)
ARUTANI-SAPÉ (1)	--
CARIBE (21)	Apalai (Koehn & Koehn 1986), Hixkaryana (Derbyshire 1979), Macushi (Abott 1991), Waiwai (Hawkins 1998)
CHAPAKURA-WANHAM (4)	Warí (Everett & Kern 1997)
CRIOLO (3)	Karipuna Criolo (Tobler 1983)
KATUKINA (3)	--
MACRO-GÊ (28)	
BORORO (3)	Bororo (Crowell 1979)
BOTOCUDO (1)	--
FULNIO (1)	--
GÊ-KAINGANG (13)	Canela-Craô (Popjes & Popjes 1986)
GUATÓ (1)	--
KAMAKÁ (1)	--
KARAJÁ (1)	--
MAXAKALI (1)	--
OPAYE (1)	--

OTI (1)	--
PURI (1)	--
RIKBAK TSA (1)	--
YABUTI (0/2)	--
MAKU (4)	--
MATACO-GUAICURU (1)	--
MURA (1)	Pirarrã (Everett 1986, 1991)
NAMBIQUARA (5)	Nambikwara, (Kroeker(2003)
PANKARARÚ (1)	--
PANO (17)	Mayoruna (Kneeland 1979)
TICUNA (1)	--
TRUMAÍ (1)	--
TUCANO (14)	Tucano (Ramírez 1997)
TUPI (10/60)	
ARIKEM (1)	--
AWETI (1)	--
MAWÉ-SATERÊ (0/1)	--
MONDE (6)	--
MUNDURUKU (2)	--
PURUBORA (1)	--
RAMARAMA (3)	--
TUPARI (4)	Kanoé (Bacelar 2004)
TUPI-GUARANI (39)	Kamayurá (Seki 2000), Urubu-Caapor (Kakumasu 1986)
TUXÁ (1)	--
WITOTO (1)	--
YANOMÂMI (4)	Sanumá (Borgman 1990)

Neste estudo, definimos as relações adverbiais aqui tratadas, tempo, propósito e causa/razão, como segue.

A relação adverbial **Propósito**, tradicionalmente denominada final, fornece uma motivação para a ocorrência de um estado de coisas (doravante EsCo) [+con] ao especificar um futuro EsCo que o controlador deseja realizar por meio do EsCo; em outras palavras, a relação propósito liga dois estados de coisa, sendo um deles (o principal) efetuado com o objetivo de obter a realização do outro (o dependente). Essa relação tipicamente envolve predicados de movimento como exemplificado em (01).

(01) Pedro correu para a estação **para pegar o trem**.

A relação adverbial **Temporal** especifica o momento em que (do qual, até o qual) certo EsCo ocorre. Essa relação pode ser Posterioridade Temporal, quando envolve dois estados de coisas ocorrendo em seqüência, sendo que o estado de coisas dependente segue, no tempo, o principal e é selecionado como um ponto de referência temporal, conforme (02).

(02) Eu vou telefonar para ela, **antes de sair**.

A relação Anterioridade Temporal envolve dois estados de coisas ocorrendo em seqüência, sendo que o estado de coisas dependente é anterior no tempo ao principal, conforme (03).

(03) Isto aconteceu, **depois que você saiu**.

Já a relação Simultaneidade Temporal implica que os dois estados de coisas, principal e dependente, ocorrem simultaneamente ou são separados por um curto intervalo de tempo, conforme (04).

(04) Quando ele entrou na sala, **ela saiu**.

A relação **Causa**, por outro lado, conecta dois estados de coisas, sendo que um deles (o dependente, que é factual) fornece a motivação para a ocorrência do outro (o principal), conforme (05).

(05) O rio inundou **porque choveu muito**.

É importante aqui observar que Causa difere de Razão e de Explicação.³ A diferença entre Causa e Razão reside na distinção entre tipos de entidades, conforme proposta em Lyons (1977). Causa, conforme acima explicitado, indica que o evento expresso na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na oração principal sem que haja qualquer envolvimento intencional por parte de um agente. Já Razão fornece a causa da realização de um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal, conforme (06).

(06) Pedro foi para casa, **porque sua irmã ia visitá-lo**.

Já Explicação especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do ato-de-fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão contida na oração principal; ela pode, então, ser vista como um ato ilocucionário separado. Enquanto a origem da Razão está num dos participantes da oração principal, a origem da Explicação é o falante, como em (07).

(07) Pedro está na casa de Joana, **pois o carro dele está do lado de fora**

É necessário enfatizar que nosso objetivo, em princípio, era tratar apenas da relação Causa, conforme definida acima e não Razão ou Explicação. No entanto, para nossa surpresa, das línguas até agora pesquisadas, apenas **uarequena** marca a relação de Causa, conforme aqui entendida, como se verifica em (08).

Uarequena (AIKHENVALD 1998:288)

(08) yu-wiyu-yua-hã neyawa yalakiwe
3sgf-tonto-RED-PAUS mulher uísque+LOC
'A mulher está bêbada por causa do uísque'.

Nas demais (apalai, canela-craô, paumari, pirarrã e urubu-caapor), as orações denominadas causais constituem, na verdade, ou Razão (já que fornece a causa da realização do um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal), como demonstra (09)

³ De acordo com Hengeveld (1998b).

em apalai, ou Explicação (quando especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do ato-de-fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão contida na oração principal), como (10) em pirarrã.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:78)

(09) mame moro ynan- urumeka- ne ropa maikato- hpe
então aquele 1+3- abandonar- DP de novo formiga- infestado

exy- ry- ke
ser- NOMLZD-RAZÃO

‘Então nós abandonamos aquele lugar novamente porque ele estava sendo infestado com formigas.’

Pirarrã (EVERETT 1986:266)

(10) hi ti xahaigí xigiábíí gíxai xihibaí-baí
2 1 irmão gostar 2 pagar- INTNSF
‘Você é como meu irmão, (porque) você paga bem.’

4. As relações adverbiais nas línguas amazônicas

A noção de subordinação adverbial, neste estudo, é diferente da tradicional, geralmente definida em termos de critérios morfossintáticos como o de encaixamento ou subordinação sintática e o uso de formas não-finitas do verbo da oração subordinada (infinitivos, gerúndios e similares). Tem sido apontado muito frequentemente pela literatura que os critérios morfossintáticos têm uma aplicabilidade muito reduzida no estudo tipológico, porque nem todas as línguas dispõem das mesmas estruturas morfossintáticas.

Por outro lado, é possível investigar todos os mecanismos pelos quais as línguas codificam uma noção particular ou situação conceitual – como por exemplo as relações temporais entre os eventos. Portanto, o fenômeno sob investigação deveria ser definido em termos independentes, desligados de línguas particulares, isto é, em termos funcionais, como defende Cristofaro (2003).

Sob esse ponto de vista, a noção de subordinação será definida exclusivamente em termos funcionais, como um meio particular de construir uma relação cognitiva entre dois eventos de modo tal que a um deles, o evento dependente, falta um perfil autônomo e é, por isso, construído com base na perspectiva do outro evento, que é o principal. Dessa perspectiva funcional-cognitiva, desenvolvida por Langacker (1991), uma sentença como (11) designa o evento de dormir e não de redigir.

(11) Depois que redigiu todo o relatório, João foi dormir.

Relações adverbiais ligam dois estados de coisas de modo tal que um deles, o estado de coisas dependente, corresponde a alguma circunstância sob a qual ocorre o outro estado de coisas, o principal. Em relações adverbiais, nenhum dos estados de coisas conectados envolve referência entre si, como ocorre com a relação completiva; em vez disso, é a relação adverbial em si mesma que envolve a referência a dois estados de coisas distintos, definindo, assim, os traços semânticos deles. Ainda assim, relações

adverbiais podem ser descritas em termos dos mesmos parâmetros aplicados a relações completivas, tais como nível da estrutura da oração, predeterminação de traços semânticos do estado de coisas ligado e integração semântica.

As orações usadas para codificar relações adverbiais de dependência são identificadas com base num único parâmetro de aplicabilidade universal: a oração adverbial difere em estrutura de uma oração declarativa independente tomada isoladamente, já que todas as línguas têm orações declarativas independentes, que ocorrem isoladamente, como exemplifica (12), em apalai.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:33)

- (12) mame tamy matary epekaty- ase
então tabaco 1+comprar-RP
'Então eu comprei tabaco.'

O desvio da oração declarativa independente é avaliado com base em dois parâmetros principais. O primeiro é a forma do verbo, já que verbos codificando eventos dependentes podem diferir em estrutura em graus variáveis, quando comparados às formas correspondentes usadas em oração declarativas independentes. Elas podem, por exemplo, dispor de distinções categoriais, como tempo, aspecto, modo e pessoa, que são licenciadas para verbos na língua em análise, como ocorre em paumari, exemplificada em (13) e pirarrã, em (14), em que a categoria aspectual é marcada tanto no verbo principal quanto no dependente.

Paumari (CHAPMAN & DERBYSHIRE 1991:172)

- (13) Linda ho-ra kaja'oria- 'i-ki
Linda me-OBJ estar:irritado-ASP-NONTHEME

o- fini- jora- 'i- ni
DETRANSVZR-medo-antes-ASP-DEP:INTRANS
'Linda estava irritada comigo porque de antemão ela estava com medo'.

Pirarrã (EVERETT 1986:264)

- (14) hi koho- ái- p- áo Kapiigakagaka-op-ai- haí
3 comer-ATELIC-IMPERF TEMP estudar- ir- ATELIC-RELATIVE CERT
'Depois que (você) comer, (nós) vamos estudar.'

Alternativamente, distinções categoriais podem ser expressas por meio de formas especiais não usadas em orações independentes, como subjuntivos ou outro tipo de marcação. Além disso, as formas verbais que codificam eventos dependentes podem dispor de morfologia especial não licenciada para verbos em orações independentes, como marcação de caso. O paumari exemplifica um caso desse tipo, já que o verbo das orações adverbiais é marcado por sufixos: *-vini* 'DEP:TRANS' para transitivos e *-ni/-na* 'DEP:INTRANS, f/m' para intransitivos. Eles substituem os sufixos temáticos que ocorrem na oração principal, conforme se verifica em (15) e (16).

Paumari (CHAPMAN & DERBYSHIRE 1991:170)

- (15) prima, kaasi hida o-nako'di-há-'iana-já
prima praia DEM,f 1SG-buscar-longe-de novo-IMMED

i- nabada'daha-**ni** kaba'i
 2SG-pescar- **DEP:INTRANS** enquanto

o- soko- a- **na** naothi-ni-a
 1SG-lavar-DETRANSVZR-**DEP:INTRANS** depois-f-OBL

'Prima, eu vou procurar uma praia novamente, enquanto você estiver pescando, depois que eu lavar a roupa.'

Paumari (CHAPMAN & DERBYSHIRE 1991:227)

(16) hida ai ari-hi-na viahani-a
 DEM:LOC partir 1PL-AUX-DEP:INTRANS antes-OBL

o- na-na'dohi-**vini** ida Siri
 1SG-CAUS-perguntar-**DEP:TRANS** DEM,f Siri,f
 'Antes de nós partirmos daqui, eu perguntei por Siri.'

O segundo parâmetro é a codificação dos participantes. O que está em pauta é se os participantes do evento dependente são expressos ou não da mesma forma como o são em orações declarativas independentes.

Esses parâmetros (forma do verbo e codificação dos participantes) foram primeiramente sugeridos por Stassen (1985). Segundo esse autor, para a codificação de dois estados de coisas conectados, que ocorrem numa ordem temporal fixa, uma língua pode recorrer a duas estratégias básicas. Por um lado, ela pode codificar ambos os estados de coisas por meio de formas verbais estruturalmente equivalentes de modo que cada qual ocorra numa oração independente. Essa estratégia é chamada equivalência (*balancing*) e pode conduzir a duas realizações estruturais. As duas orações são simplesmente justapostas, como no exemplo (17) do canela-craô, ou podem ser ligadas mediante uma conjunção, como em (18) do urubu-caapor. É importante assinalar que esses dois esquemas, considerados opostos em termos tradicionais, já que (18) é considerado um caso de encaixamento, são na realidade duas faces da mesma estratégia, dado que a estrutura de ambas as orações ligadas é mantida intacta em relação à oração independente correspondente.

Canela-craô (POPJES&POPJES 1986:139)

(17) pê wa i-pym, pê inxê ty
 PAST 1 1-cair PAST mãe morrer
 'Eu nasci, minha mãe morreu.'
 'Quando eu nasci, minha mãe morreu.'

Urubu-caapor (KAKUMASU 1986:335)

(18) se a- jur we **rahã** ihe a- jo'ok ta ky
 aqui 1SG-**vir** de novo **quando** eu 1SG-conseguir FUT FUT.PURP.DEF
 'Quando eu vier de novo, conseguirei isso com certeza.'
 'Quando eu voltar, com certeza conseguirei isso.'

Por outro lado, um dos estados de coisas conectados pode ser expresso por meio de uma forma verbal que não pode ser usada em orações independentes. Essa estratégia é chamada por Stassen (1985) de categorização. A diferença entre uma forma verbal

de categorizada (morfologicamente rebaixada) e formas verbais que podem ser usadas em orações independentes envolvem basicamente dois aspectos:

- (i) Falta total ou parcial de distinções categoriais normalmente relevantes a verbos, como tempo, aspecto, modo ou distinções pessoais.
- (ii) Uso de marcação especial não permitida para orações independentes, que inclui marcadores nominais ou adjetivais, tais como concordância de caso ou de gênero (não de pessoa), ou marcadores especiais de tempo, aspecto, modo ou pessoa que não ocorrem normalmente em orações independentes.

A distribuição tipológica dos vários fenômenos relacionados à forma do verbo e à codificação dos participantes costuma seguir padrões ordenados de variação ao longo de diferentes tipos de relação de subordinação, conforme aparece na escala de dessentencialização fornecida por Lehmann (1988):

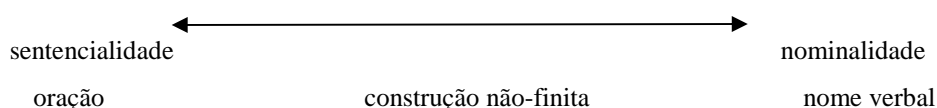


Figura 1: Dessentencialização (adaptada de LEHMANN, 1988, p.189)

Essa escala de dessentencialização gradual mostra forte correlação com as escalas de ausência progressiva de traços gramaticais como indicada em (a) e (b):

(a) restrições/perda de elementos ilocucionários > restrições/perda de elementos modais > restrições/perda de tempo e aspecto > dispensa de complementos > perda de conjugação de pessoa/conversão do sujeito em oblíquo > ausência de polaridade > conversão de regência verbal em regência nominal > dispensa de sujeito/restrições nos complementos.

(b) combinação com adposições/afixo de caso.

No processo de redução, tal como no processo de ‘de categorização’, perdem-se as propriedades de uma oração, isto é, perdem-se os componentes da oração que permitem fazer referência a um estado de coisas – o estado de coisas é ‘tipificado’, ao mesmo tempo em que a oração subordinada adquire propriedades nominais. (LEHMANN, 1988).

Como evidencia a Figura 1, há aspectos internos e externos de dessentencialização. Orações subordinadas, normalmente, **não** têm sua própria força ilocucionária, mas os casos que têm vão-se tornando raros, segundo Lehmann, na medida em que se aproximam do pólo direito do *continuum*.

Uma outra consequência da dessentencialização da oração subordinada é a restrição de modo, além das categorias verbais de tempo e aspecto. Segundo o autor, em várias línguas, a oração subordinada finita aparece no subjuntivo. A restrição de modo está intimamente ligada à perda de força ilocucionária: na medida em que uma construção finita, gradualmente, passa a não-finita, limita-se o modo.

Essa hierarquia de dessentencialização está crucialmente relacionada aos traços semânticos dos vários tipos de relação de subordinação adverbial, mas em particular ao grau de integração semântica entre os eventos ligados e a predeterminação de informação semântica concernente ao evento dependente.

Quanto à predeterminação de categorias semânticas, as relações adverbiais têm diferentes implicações quanto aos participantes, tempo de referência, aspecto e modo do estado de coisas conectado (cf. Cristofaro 2003:164).

Relações adverbiais não predeterminam os participantes, isto é, nenhuma relação adverbial implica necessariamente compartilhamento de participantes com o estado de coisas ligado, conforme exemplifica o uarequena, em (19) e em apalai em (20), em que os sujeitos da oração principal e subordinada temporal são diferentes.

Uarequena (AIKHENVALD 1998:280)

(19) eni kansau kanita- λ i nu λ uami-mine
DEM.PR música cantar-REL **1sg+pai-DEC.nf**

ni- kompleta- λ i- bena ni- akayu-ne neye-pe
3pl-completo-REL-quando 3pl-ano- PL mulher-PL
'Essa é a música que meu falecido pai cantou depois que as mulheres fizeram aniversário.'

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:78)

(20) mame moro **ynan-** urumeka- ne ropa maikuato- hpe
então aquele **1+3-** abandonar- DP de novo formiga- infestado

exy- ry- ke
ser- NOMLZD-RAZÃO
'Então nós abandonamos aquele lugar novamente porque ele estava sendo infestado com formigas.'

Todavia, compartilhamento de participantes é a situação prototípica para relações de Propósito. A relação adverbial **Propósito**, tradicionalmente denominada final, liga dois estados de coisa, sendo que um deles (o principal) é efetuado com o objetivo de obter a realização do outro (o dependente). Essa relação tipicamente envolve predicados de movimento. Nas línguas aqui analisadas, predomina o compartilhamento de participantes, como exemplificam (21), em apalai, (22) em paumari, (23) em uarequena.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:77)

(21) moroto-ino yan- yto- ne nyh- se Anaxikarahpã-taka
lá- de 1+3- ir- DP dormir- **PURP** Anaxikarahpã-a
'De lá fomos a Anaxikarahpano para dormir.'

Paumari (CHAPMAN & DERBYSHIRE 1991:172)

(22) kaasi hida o-na-ko'di-ha-já
praia DEM,f 1SG-CAUS-olhar:para-distância-IMMED

o-rakhai-ki **kaimoni**
1SG-planta-NONTHEME **PURP**
'Eu vou olhar para a praia para me plantar nela.'

Uarequena (AIKHENVALD 1998:272)

(23) nu-já nu-yutjia jiani-pe waji
1sg-ir 1sg-matar criança-PL onça

nu- wala- **palu** nu- ta-**palu** e- he jiani-pe
1sg-cozinhar-**PURP** 1sg-dar-**PURP** comer-PAUS criança-PL
'Eu vou matar o filhote da onça para cozinhar, para dar para os filhos comerem.'

Segundo Cristofaro (idem:164), todas as relações adverbiais predeterminam o valor modal do estado de coisas dependente e algumas (relações adverbiais) predeterminam a referência temporal e o valor aspectual do estado de coisas ligado.

Como em relações Propósito e em relações temporais de Anterioridade e de Posterioridade os estados de coisas ligados são seqüenciais, a relação temporal de cada um é predeterminada em relação ao outro. Em relações Propósito e de Posterioridade temporal (ou relações ‘antes’), o estado de coisas dependente segue o principal; isso significa que o estado de coisas dependente é não-realizado no momento da ocorrência do estado de coisas principal, como demonstram (24) e (25), do apalai.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:78)

(24) ky- pipoh-**se** oeh- nōko toto
 1+2- bater- **PURP** vir- CONT 3PL
 ‘Eles estão vindo para nos bater’.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:76)

(25) papa ruka kana- ry apiro-ase t- oyto-**tohto**
 pai Ruka canoa-POSSN abrir-RP 3REFLX-go- **antes**
 ‘O pai abriu a canoa de Luke antes de continuar’.

Em relações de anterioridade temporal (relações ‘depois’), o estado de coisas dependente precede o principal e é realizado e completo no momento da ocorrência do estado de coisas principal. Por isso, os valores aspectual e modal do estado de coisas dependente são predeterminados como completo e factual, respectivamente, conforme se comprova no exemplo (26), também em apalai.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:76)

(26) araŋba tō oeh- nōko m-a nonoaty akoh- **xīpo**
 Araŋba GRP vir- CONT 3-ser+PRES casca da árvore cortar-**primeiro**
 ‘Araŋba e sua família estão vindo depois de cortar a casca da árvore’.

Em relações de simultaneidade (relações ‘quando’), a referência temporal de cada um dos estados de coisas ligados é também predeterminada um em relação ao outro. O estado de coisas principal e o dependente se sobrepõem em alguma medida e ocorrem simultaneamente. O estado de coisas dependente é realizado em algum ponto do tempo de realização do estado de coisas principal, por isso o valor modal é também predeterminado como factual. Por outro lado, o valor aspectual do estado de coisas dependente é não determinado, conforme se observa em (27), do canela-craô.

Canela-craô (POPJES&POPJES 1986:164)

(27) wa i-xà na **apu** i-jujahêr to mō
 1 1-doente SUBORD **CONT** 1-caçar SUBORD ir
 ‘Quando eu estava doente, eu fui caçar’.

As relações de Razão não predeterminam nem referência temporal nem o valor aspectual do estado de coisas ligado. Relações de Razão, por fornecerem a causa da realização do um estado de coisas principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas principal, implicam que o estado de coisas dependente é factual. Isso é verdadeiro mesmo se o estado de coisas dependente ainda não tenha se

realizado. Contudo, não há dúvida a respeito de sua realização futura, por isso ele pode ser considerado como factual, conforme exemplifica (28).

(28) Eu estou fazendo isso agora, porque vou embora na próxima semana.

As implicações das várias relações adverbiais em relação aos valores semânticos envolvidos são fornecidas no quadro abaixo, que inclui apenas a informação concernente ao estado de coisas dependente.

Relação adverbial	Traços semânticos do estado de coisas dependente			
	Referência temporal	Valor aspectual	Valor modal	participantes
Propósito	PD ⁴	PD (irr ⁵)	PD	IND
Anterioridade	PD	PD (irr)	PD	IND
Posterioridade	PD	PD	PD	IND
Simultaneidade	PD	IND	PD	IND
Razão	IND ⁶	IND	PD	IND

Relações adverbiais e de predeterminação semânticas (adaptado de CRISTOFARO, 2003, p. 166)

É claro que os estados de coisas conectados, em termos de ocorrência, estão relacionados, uma vez que o estado de coisas principal é realizado com o objetivo de obter a realização do dependente, e o dependente ocorre como resultado direto da ocorrência do principal.

Relações Propósito não exigem que o estado de coisas dependente realmente ocorra. Assim, (29), por exemplo, não implica que o falante realmente prendeu (a linha) e pegou o peixe.

Apalai (KOEHN & KOEHN 1986:78)

(29) mame amihto- Vko tysarah ka- **toh-** **me** kana
então 3+amarrar- CONT prender fazer-NOMLZR-DENOM peixe

wo- **toh-** **me** enara
atirar- NOMLZR-DENOM isto é tudo

‘Então eu vou amarrar isso para prender, para pegar o peixe’.

Desse modo o grau de interconexão entre estados de coisas nas relações Propósito é similar àqueles encontrados em predicados indicativos de desejos, percepção e ordem, às vezes apresentando a mesma estrutura, conforme se observa em canela-craô (30), em que ordens indiretas têm a mesma forma sintática, com a palavra indicativa de **propósito** *caxuw*.

Canela-craô (POPJES&POPJES 1986:166)

(30) cu-te a-mõr xà **caxuw** a-mãn
3-PAST 2-ir NOMLZR **PURP** 2- mandar

‘Ele mandou (para) você ir’.

⁴ Predeterminado.

⁵ Irrelevante.

⁶ Indeterminado.

Em relações Temporais, os estados de coisas ocorrem sucessivamente ou se sobrepõem, mas isso não implica que estão interconectados. Em princípio, um nada tem a ver com o outro, embora isso possa ser assumido no discurso.

As relações Razão não envolvem integração semântica entre os estados de coisas conectados. Embora exista uma relação de causa entre os dois estados de coisas, o estado de coisas principal é deliberadamente apresentado para obter a realização do estado de coisas dependente. Assim a relação causal é indireta, o que é comprovado pelo fato de que os estados de coisas conectados não precisam ser espaço-temporalmente contíguos, nem compartilhar participantes. O estado de coisas representando o motivo normalmente ocorre independentemente do estado de coisas dele resultante e suas propriedades não desencadeiam a realização do estado de coisas que representa o efeito.

Considerações Finais

A análise acima indica que a relação Propósito, por ser não-factual e ter dependência temporal, apresenta o maior grau de integração com o estado de coisas principal, enquanto a relação Razão, por ser factual e não dependente temporalmente, demonstra ser a menos integrada ao estado de coisas principal. A relação temporal, por seu turno, coloca-se entre Propósito e Razão. Dos três tipos de relação temporal – Anterioridade, Posterioridade e Simultaneidade – esta última é a que se apresenta menos integrada, já que é factual mas dependente temporalmente.

Esses resultados se conformam com a escala de dessentencialização de Lehmann também aplicada por Cristofaro (2003), que a rotula Hierarquia de Rebaixamento Categorical. Essa hierarquia produz, para as relações adverbiais, a seguinte escala:

(31) Propósito > Tempo > Condição > Razão

Na verdade, a relação entre o maior ou menor grau de sentencialidade está vinculada ao nível e à camada de organização estrutural, conforme definidas pela Gramática Discursivo-Funcional (GDF).

Hengeveld (1998), investigando 45 línguas européias com o método de Rijkhoff et al (1993), verifica que há correlação sistemática entre os tipos semânticos de orações adverbiais e a maneira como elas se expressam nessas línguas. Para a classificação dos tipos semânticos de orações adverbiais, utiliza-se como um dos parâmetros o tipo de entidade, de acordo com a hierarquia em (22):⁷

(32) zero ordem > segunda ordem > terceira ordem > quarta ordem

A GDF, estendendo a análise proposta em Lyons (1977:442-7), define tipos de entidades (cf. Hengeveld, 1998). Assim um indivíduo é uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e avaliada em termos de sua existência; um estado-de-coisas, ou evento, é uma entidade de segunda ordem, que pode ser localizada no espaço e no tempo e avaliada em termos de sua realidade; um conteúdo proposicional é uma entidade de terceira ordem, já que constitui um construto mental, por isso não pode ser localizada nem no espaço nem no tempo e só pode ser avaliada em

⁷ Entidades de primeira ordem não ocorrem na subordinação adverbial, uma vez que esse tipo de entidade só pode ser expresso por meio de sintagmas nominais, nunca por meio de orações (cf. Hengeveld, 1998:345).

termos de sua verdade. Um ato de fala, por outro lado, é uma entidade de quarta ordem, que pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada em termos de sua informatividade. Finalmente, entidades de zero ordem são propriedades ou relações, que não têm existência independente, por isso não podem ser caracterizada em termos dos parâmetros de espaço e tempo, e só podem ser avaliadas em termos de sua aplicabilidade a outros tipos de entidades ou à situação que elas descrevem.

A relação Propósito, além de não factual e dependente temporalmente, constitui uma entidade de segunda ordem, ou seja, um estado de coisas. A relação Tempo (e seus subtipos) é também uma entidade de segunda ordem e dependente temporalmente, mas, diferentemente de Propósito, é factual, o que lhe garante menor integração ao estado de coisas principal.

A relação Razão, quando entendida como a causa da realização do um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal, é factual e a referência temporal é irrelevante.⁸ Constitui, no entanto, uma entidade de terceira ordem, ou seja, um construto mental, que não pode ser localizada nem no espaço nem no tempo e só pode ser avaliada em termos de sua verdade. Essa propriedade da relação Razão é que a coloca no extremo esquerdo da hierarquia de Rebaixamento Categorical.

A essa hierarquia deve-se acrescentar uma outra relação adverbial, denominada por Hengeveld (1998), *Explicação*. Essa relação especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do ato-de-fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão contida na oração principal; ela pode, então, ser vista como um ato ilocucionário separado. Enquanto a origem da Razão está num dos participantes da oração principal, a origem da *Explicação* é o falante, como bem exemplifica (33), do pirarrã.

Pirarrã (EVERETT 1986:266)

(33) hi ti xahaigí xigiábíí gíxai xihíabaí-baí
2 1 irmão gostar 2 pagar- INTNSF
'Você é como meu irmão (porque) você paga bem.'
'Você é como meu irmão. Você paga bem.'

Na verdade, *Explicação* constitui ela própria um ato de fala independente, uma entidade de quarta ordem, que pode ser localizada no tempo e no espaço e avaliada em termos de sua informatividade, isto é, constitui um Ato, a unidade básica do discurso, definida como a menor unidade identificável de comportamento comunicativo (Hengeveld, 2005:5). Sendo assim, em (33), há dois atos de fala completamente independentes, inclusive com força ilocucionária própria.

Isso aponta para uma alteração na Hierarquia de Rebaixamento Categorical das relações adverbiais, proposta por Cristofaro (2003), conformando-a à hierarquia de tipos de entidades, como em (34):

⁸ É importante aqui observar que Causa difere de Razão (Hengeveld, 1998). A diferença entre Causa e Razão reside na distinção entre tipos de entidades. Causa, conforme acima explicitado, indica que o evento expresso na oração dependente desencadeia a ocorrência do evento expresso na oração principal sem que haja qualquer envolvimento intencional por parte de um agente. Já Razão fornece a causa da realização do um estado de coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do estado de coisas da oração principal.

(34) Propósito > Tempo > (Condição) > Razão > Explicação
2ª. 2ª. 3ª. 4ª.

Na escala de sentencialidade proposta por Lehmann, Explicação situa-se à esquerda, como a oração declarativa independente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIKHENVALD, A.Y.. Warekena. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K (eds). *Handbook of Amazonian languages*, Vol. 4, 225-439. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998.
- BYBEE, J. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985.
- CHAPMAN, Shirley, DERBYSHIRE, Desmond C., Paumari. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K. (eds). *Handbook of Amazonian languages*, v. 3, Berlin: Mouton de Gruyter, 1991, p. 161-345.
- CRISTOFARO, S. *Subordination*. Oxford: University Press, 2003.
- CROFT, W. *Explaining language change: an evolutionary approach*. Harlow, Essex: Longman. 2000.
- DIK, S.C. *The theory of functional grammar*. Part I: The structure of the clause. (2nd revised edition), ed.Hengeveld, Kees. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- _____. *The theory of functional grammar*. Part II: Complex and derived constructions. (2nd revised edition), ed.Hengeveld, Kees. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- DU BOIS, J.A. Competing motivations. In. HAIMAN, J. (ed.). *Iconicity in syntax*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1985, p. 343-66.
- _____. The discourse basis of ergativity. *Language*. 64, 805-55, 1987.
- EVERETT, D. Pirahã. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K (eds.), *Handbook of Amazonian languages*, v.1., Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p.200-325..
- GIVÓN, T. *Syntax: a functional-typological introduction*. V. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin, 1990.
- HENGEVELD, K. Adverbial clauses in' the languages of Europe. In: AWERA, J.; BAOILL, D. P. (Eds). *Adverbial constructions in the languages of Europe*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1998.
- HENGEVELD, K., MACKENZIE, J.L.. Interpersonal functions, representational categories, and syntactic templates in Functional Discourse Grammar. In: GOMÉZ-GONZALES, M. A. e MACKENZIE, J. L. eds, *Studies in functional Discourse Grammar* (Linguistics Insights, 26). Bern: Meter Lang, 2005, p. 9-27.
- HOPPER, P. Emergent grammar. In: PROCEEDINGS OF THE THIRTEENTH ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTIC SOCIETY, 1987, p. 213-41.
- KAKUMASU, J., Urubu-Kaapor. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K (eds.), *Handbook of Amazonian languages*, v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 326-403
- KOEHN, E.; KOEHN, S. Apalai. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K (eds.), *Handbook of Amazonian languages*, v.1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986, p. 33-127.
- LEHMANN, C.. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. e THOMPSON, S. (eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988.
- POPJES, J., POPJES, J (Canela-Krahô. In: DESMOND, D. C & PULLUM, K (eds.), *Handbook of Amazonian languages*, v. 1. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986. p. 128-199.
- RIJKHOFF, J. et al.. A method in language sampling. *Studies in language* 17, 1993, p. 169-203.
- STASSEN, L. *Comparison and Universal Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

